

“HISTÓRIAS PORTAIS, PROJETOS GLOCAIS”: A LINGU[IM]AGEM DA CIDADE DE AMERICANA SOB UMA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL

“PORTAL STORIES, GLOCAL PROJECTS”: THE LINGUA[IMA]GE OF AMERICANA CITY FROM A POST-COLONIAL PERSPECTIVE

Eliane Righi de Andrade

Doutorada e pós-doutorada em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora na graduação (Letras) e pesquisadora no mestrado interdisciplinar *stricto sensu* Linguagens, Mídia e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em que desenvolve estudos nas temáticas de discurso, subjetividade, identidade e memória.

E-mail: elianerighi@terra.com.br

Larissa Martins Bela Fonte

Graduada em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e mestre com bolsa Capes 1 no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguagens, Mídia e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em que desenvolveu estudos nas temáticas de discurso, subjetividade, identidade e memória.

E-mail: larissabfonte@gmail.com

Resumo: O presente artigo foi produzido durante o percurso da pesquisa de mestrado que tem como temática “cidade e identidades”, refletindo sobre as linguagens e as imagens dos monumentos na história da cidade de Americana, no interior paulista, e como tais representações influenciam a constituição de identidades sociais. A partir da teorização de autoras e autores, primordialmente, pós-coloniais, passamos pelos estudos de memória, de colonialidade de poder, refletindo sobre a branquitude, sobre o paradoxo da história única e chegamos ao tempo-espaço presente, sendo dominados pela pandemia de *fake news* no contexto político local e global. Tais referências são apoio para a leitura do contexto regional citado e como metodologia de matriz decolonial para a composição do videopoema “LINGU[IM]-AGEM: colonialidades, memória e *fake news*”. Consideramos, então, que os contextos locais de conservadorismo, que sustentam uma história única e hegemônica, fazem parte de um projeto global de dominação de raízes coloniais que perpetua seus mecanismos de poder por meio da linguagem e da imagem, com as quais se forjam memórias oficiais, projetando um futuro único à humanidade, questões que são abordadas pelo videopoema.

Palavras-chave: Memória. Linguagem. Imagem. Audiovisual. Decolonialidade.

Abstract: This article was produced during the course of the master's research whose theme is "city and identities", reflecting on the languages and images of monuments in the history of the city of Americana, in São Paulo's countryside, and how such representations influence the constitution of social identities. Based mostly on post-colonial theory, we went through the studies of memory, coloniality of power, reflecting on whiteness and on the paradox of the unique history, arriving at the present time-space, dominated by fake news pandemic in the local and global political context. Such references are support for the reading of the mentioned regional context and as a decolonial matrix methodology for the composition of the video-poem *LINGU[IM]AGEM: colonialidades, memória e fake news*. We therefore consider that the local contexts of conservatism, which sustain a unique and hegemonic history, are part of a global project of colonial roots that perpetuates their mechanisms of power through language and image, with which official memories are forged, projecting a unique future for humanity; questions that are addressed by the video-poem.

Keywords: Memory. Language. Image. Audiovisual. Decoloniality.

*A memória é marcada pela versão da história que nos contam,
É o sentimento que temos do passado, a partir da versão da história.
Essa versão da história cria um imaginário coletivo,
Esse imaginário coletivo é o portal da constituição de culturas, da memória.
A cultura constitui identidades
e nela se identifica quem as sente como entidades.*

*Pensando sobre nossa civilização de branquitude culturada,
quem conta a versão predominante?
e como consegue ser assim dominante a cultura ocidentalizada?
Predomina por onde a escrita do arconte?
Quem conta sobre aqueles que contam,
que contam a partir de um viés dominante, a partir de uma posição,
com intenção em sua colocação da informação.
Fica oculto quem administra a matrix,
gera um mal de arquivo, Derrida diz.*

*O paradoxo da história única:
você não se identifica com ela,
mas busca a vida toda ser nela protagonista.
nos roubam passado, aprisionam de presente
e projetam um futuro anacrônico*

*uma cultura única, insustentável, alienável
sem identidade, sem memória, sem projeção mediúnica*

*Assim podemos pensar da colonialidade de poder:
Quem constrói o tabuleiro para que o jogo seja jogado de tal maneira
em que fique sempre em vantagem a realeza?
Quem constrói o jogo e os modos de ser,
dita as regras, os corpos, costumes e lazer?*

(Trecho do poema-visual de autoria própria: “Histórias portais, projetos glocais”)

INTRODUÇÃO

A partir da produção do poema-visual “Histórias portais, projetos globais”,¹ desenvolve-se este artigo, que vai se debruçar sobre as referências trazidas na obra, que faz parte da pesquisa de mestrado de temática sobre “cidade e identidades”, visando a construir cartografias das colonialidades de memória da cidade de Americana, no interior paulista, sob uma perspectiva pós-colonial. O vídeo “LINGU[IM]AGEM: colonialidades, memória e *fake news*” foi finalizado em concomitância com a produção acadêmica, justapondo as referências aqui trazidas e compondo, em sua montagem, as sensações de imagens em intenção.²

O título “Histórias portais, projetos glocais” faz alusão a dois intelectuais que norteiam nossas relações com o território, a sociedade e a decolonialidade epistêmica: Walter D. Mignolo (2003) e Milton Santos (2003). Santos (2003) populariza o termo “glocal” em seu livro *A natureza do espaço*, para dar conta da ideia de espaços concomitantemente globais e locais na globalização moderna, no sentido de pensar as particularidades – micro – dentro de um contexto da universalidade. De acordo com Santos (2003, p. 213), “[c]ada lugar é, à sua maneira, o mundo”, no qual se impõe, “ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados”.

Novos significados que associamos aos escritos de Walter D. Mignolo (2003), em *Histórias locais/projetos globais*, nos quais faz uma revisão histórica e intelectual da geopolítica planetária, com recorte direcionado às cicatrizes e feridas da colonização europeia ao redor do mundo, apontando para o apagamento das leituras sociais desse momento, em que considera o marco temporal da constituição da modernidade. Considerando que cada lugar é o mundo a partir de suas colonizações

1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b2G1f6u3ft4>. Acesso em: 20 nov. 2022.

2 No sentido da intenção significativa da imagem e sua retórica, Cf. Barthes, 1984, p. 28.

e colonialidades,³ os projetos globais se dão a partir das histórias locais, por meio de agenciamentos do poder, saber e ser, como poderemos ver em consonância com o sociólogo da pós-colonialidade Aníbal Quijano (2005).

Dentro desse recorte, passamos a vislumbrar de que modo a história local da cidade de nascimento de uma das autoras, Americana, no interior de São Paulo, perpetua tais agenciamentos de poder, saber e ser dos projetos globais, a partir de símbolos e monumentos de sua versão oficializada da história. Questionando quais silêncios tal história contempla nas narrativas predominantes, percorremos o caminho da memória e de seus arcontes,⁴ conhecendo também as definições e problematizações dos estudos da branquitude. Entre memórias instruídas, impedidas e o trabalho de rememoração (Ricoeur, 2007; Gagnebin, 2020), chegamos ao embate político do movimento negro na região pela eliminação de um símbolo racista na cultura regional, a bandeira dos confederados, que é cultuada em uma festa promovida pela “Federação Descendência [Norte-]Americana” e, atualmente, proibida nos Estados Unidos como símbolo de supremacia racial.

Seriam as memórias consagradas pelos monumentos uma analogia das *fake news* contadas para manter as memórias e mitos de poderes coloniais? É o que questiona a leitura da história contada pelo monumento do portal de entrada da cidade de Americana, também passando pelo tempo-espço presente entre pandemias, *fake news* e eleições relevantes. Busca-se, então, com a produção do vídeo sintetizar tais discussões teórico-filosóficas interdisciplinares em *lingua[im]agem* audiovisual.

Caminhamos até o portal da cidade de Americana para registrar suas imagens. Lá ficamos impactada com a história contada, com as imagens e mensagens sugeridas. No meio do caminho, iniciamos a escrita de um poema, que nortearia a montagem do vídeo e sua edição. Ao olharmos para o poema e as referências que o atravessavam, projetamos o artigo em questão, desenvolvendo seus conceitos em consideração. Eis-me aqui em produção: meio poeta, meio artista, meio acadêmica e, no meio, um coração sentipensante.

ASPIRAÇÕES DECOLONIAIS DO PENSAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Ao percorrermos o caminho da memória e das *colonialidades de poder, saber e ser*,⁵ desenvolvemos nosso trabalho por meio de uma proposta de matriz metodológica

3 Definindo a colonização como o processo histórico pelos quais os povos não hegemônicos passaram (de dominação, expropriação, violência) e a colonialidade sendo a consequência desses processos, que deixaram marcas dessa dominação nas maneiras de ser, saber e poder, que perpetuam até hoje.

4 Conceituados a partir de Derrida (2001) como os responsáveis pela organização e escrita das leis e da história.

5 Tais conceitos serão abordados mais adiante neste artigo.

de estudos decoloniais, propondo um olhar intercultural e descentralizado da ontologia europeia que, segundo Martins e Benzaquen (2018, p. 21), “acontece na medida em que se concebe não haver uma hierarquia cognitiva e moral de conhecimentos sobre a vida social e que todas as experiências locais são ‘glocais’ [...], isto é, todas são intercambiáveis”.

Tendo a produção artística e a autonarrativa como ferramentas metodológicas, confrontamos a produção de conhecimento hegemônica, neutra e colonial, uma vez que aquelas priorizam outras histórias, as experiências vividas, localizando o corpo e o lócus de enunciação na perspectiva das pesquisadoras (Dulci; Malheiros, 2021). Buscamos embasar nossa revisão bibliográfica em estudiosas e estudiosos majoritariamente pós-coloniais e/ou latino-americanas(os), analisando criticamente as formas de produção de conhecimento e de produção de memória, produzindo conhecimento em diferentes linguagens.

Quando se estuda o caso da cidade de Americana, corporifica-se no trabalho uma perspectiva que Dulci e Malheiros (2021) apresentam dentro das ideias de *sentipensar* e *corazonar* a produção acadêmica, no sentido de trazer as relações próprias com a temática abordada, colocando-se em meio à demanda do estudo e dentro das realidades geopolíticas referentes. Citando os escritos de Fals Borda, as autoras apresentam que

[o] autor recomenda uma “pesquisa sentipensante” que deve combinar a razão e o amor com o corpo e o coração, como fazem os povos originários a partir das sabedorias das suas práticas ancestrais. Dessa forma, propõe uma compreensão dialética da relação sujeito-objeto, parte de uma descentralização epistemológica, pois “*Un paradigma emergente para nosotros produciría una articulación de la ciencia con la conciencia y del corazón al ritmo con la razón*” (Borda, 2015 *apud* Dulci; Malheiros, 2021, p. 180).

Projetos de memória

A memória te autoriza a narrar uma história sobre o mundo que você vive. A memória te autoriza a criar uma narrativa sobre o mundo. Se você não tem memória você vai ficar citando bibliografia. Antes de ganhar um Alzheimer (risos). Neste sentido, vale a pena pensar em produção de memória. [...] Produzir memória sobre si, como coletivo, como ser social, é um fenômeno maravilhoso. Eu acho que ela é uma ação política ativa, que é quando você escolhe se você vai ser um crente numa sinagoga evangélica dando dinheiro pros pastores, ou se você vai ser um cidadão

crítico, querendo construir uma realidade pro seu povo, pro seu país onde você vive. Porque a memória, ela tem a capacidade de te pôr de pé diante das afrontas de uma maneira crítica. A memória é a consciência crítica (Krenak, 2020, 40:33', transcrição das autoras).

A história oficializada constrói-se sobre fragmentos de memórias, memórias que se diferenciam das lembranças, conforme nos apresenta Candau (2016), no sentido em que aquelas são passadas de gerações a gerações e estão registradas em diferentes lugares de nossa subjetividade, seja na memória ancestral do corpo, nas lembranças e nos esquecimentos autobiográficos ou de aprendizados sociais, bem como nas extensões artificiais da memória, que compõem os registros e arquivos, cada vez mais na contemporaneidade. Segundo o autor, a maneira como se reivindicam e se interpretam as memórias em contextos sociais diversos está explicitamente ligada à construção de nossa identidade, dando luz ao que podemos nomear de memória coletiva. E, por consequência, tal memória coletiva é a precursora do que podemos definir como cultura, diferenciando culturas por diferentes memórias coletivas, a partir das identidades de determinadas formas de organização geossociopolítica.

Para o estudioso francês da memória, Pierre Nora (1993, p. 8), existe uma “proble-mática dos lugares” no estudo da história, quando, a partir da virada contemporânea de revisitação dos arquivos de memória, dos registros de momentos, escritos, fotográficos, artísticos, a memória passa então a ser uma necessidade da história, “substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade”. O autor localiza então os “lugares de memória” como lugares carregados de uma “vontade” de memória na contemporaneidade mundializada, a partir de um lugar que “escapa do esquecimento, e uma comunidade o reinveste com seus afetos e suas emoções” (Nora, 1993, p. 7), estando esses lugares materiais/físicos, funcionais ou simbólicos, como a memória coletiva – que o autor considera também a expressão de identidade – em coexistência.

De acordo com Nora (1993, p. 22), “Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos, rastros. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade”. Nas palavras de Gagnebin (2016, p. 130), “rastros não são criados – como o são outros signos culturais e linguísticos –, mas, sim deixados ou esquecidos”. Os rastros são o inverso do signo, eles são involun-tários, são restos de memória, sendo o trabalho do “detetive, do arqueólogo ou do psi-canalista [...] decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária” (Gagnebin, 2016, p. 129).

Falando sobre os “impedimentos da memória”, Jeanne Gagnebin (2020) trabalha a ideia de memória viva, “como condição transcendental de nossa relação com o passado”, a partir de Ricoeur (2007), colocando em embate o cientificismo da história sobre a memória e os processos de trauma sociais, que buscam recalcar as memórias indesejadas. Encontra na proposição de *rememoração*, embasada nos estudos da psicanálise, as possibilidades para libertar a memória de seus impedimentos de opressão e silenciamento. Narrar o dito e o interdito, trilhando um espaço de memória, e construir uma cartografia entre signos e rastros é a proposição da autora sobre o ato da rememoração:

Impor o esquecimento é, paradoxalmente, impor uma forma única de memória, produzindo ao mesmo tempo uma “memória impedida” que não cessa de sempre voltar e solapar o difícil equilíbrio alcançado: a memória viva reivindica sua independência e contesta as disposições precárias da memória oficial. [...] O deslize fatal da anistia para o esquecimento, à memória impedida, *só pode ser combatido pela confissão e pelo relato dos crimes, uma retomada narrativa* que explica o caráter de trégua temporal da instituição de anistia, necessário para pôr fim a uma luta sangrenta, uma trégua que não é sinônimo de esquecimento ou de silêncio no futuro (Gagnebin, 2020, p. 109, grifo nosso).

Para Derrida (2001), os rastros funcionam como o que denomina *mal de arquivo*. O filósofo da desconstrução trabalha a ideia dos *arcontes*, os guardiões oficiais dos arquivos, na Antiguidade grega, que representariam a ordem e a lei, no processo de arquivamento. Alguém com autoridade reconhecida, responsável por organizar e selecionar os arquivos – que importam – seguindo determinadas regras de seleção e guarda. Pensando sobre os arquivos como o lócus da memória e da história, Derrida (2001) realiza uma associação com os estudos da psicanálise de Freud sobre a pulsão de morte e o poder, podendo-se considerar a memória e a história como textos que sofreram inúmeras revisões decorrentes de repressões, negações, apagamentos e censuras em diferentes sociedades. O apagamento das condições da constituição de um arquivo, a finalidade de seu arquivamento, a censura da realidade de seu autor impetrada por quem seleciona e organiza os arquivos da memória, bem como as outras interpretações que podem ser produzidas a partir de sua abertura, geram o mal de arquivo. Em outras palavras, a constituição do arquivo implicaria necessariamente o apagamento e o esquecimento de seus traços/rastros.

“Mostre um povo como uma coisa, como uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie, 2019, p. 12). É assim que a nigeriana Chimamanda Ngozi

Adichie fala sobre como se cria uma história única. Não sendo possível desassociar a história do poder, quem conta a história está diretamente ligado aos poderes hegemônicos de uma elite na sociedade e detém o controle do conhecimento que os sujeitos, em diversas partes do mundo, terão sobre o outro e sobre si mesmos. Além de contar a história, o poder faz com que esta seja a única história válida, definitiva. Sobre o poder e a história, a autora faz o seguinte comentário:

Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito do poder (Adichie, 2019, p. 12).

Chimamanda prossegue dizendo sobre a incapacidade de as histórias únicas retratarem as singularidades dos sujeitos. Essa visão reducionista cria estereótipos, e esses estereótipos mostram pessoas, lugares, culturas indigentes: “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas” (Adichie, 2019, p. 14). Rouba a dignidade de suas vivências por falta de memória, por fazer predominar apenas uma ideia global e exclusiva sobre as coisas.

E como não associar essa problematização da história única com a história da invasão e colonização das Américas? Ainda hoje, nas escolas no Brasil, em seus conteúdos da disciplina de história do ensino fundamental, muitos professores passam por toda a história da Idade Média europeia, como se não houvesse outras civilizações diversas, e contam como os portugueses, britânicos e espanhóis, “acidentalmente, descobriram” as Américas. A história única da “invenção” do Brasil é a primeira grande *fake news* que acatamos desde a infância.

Quando pesquisamos sobre *fake news* e memória nas ferramentas de busca, um estudo realizado na Irlanda se destaca, abordando a criação de memórias falsas a partir da propagação das notícias inventadas. “Erratum: false memories for fake news during Ireland’s abortion referendum” (Loftus *et al.*, 2020) foi uma pesquisa conduzida durante a campanha para um referendo irlandês de 2018 sobre a ilegalidade do aborto no país. Nesse estudo, grupos de voluntários favoráveis e desfavoráveis à legalização do aborto tinham contato com algumas notícias, sendo duas delas falsas, respectivamente favoráveis ou não ao referendo. Quando perguntados se tinham lembrança de determinadas notícias, pôde-se concluir que a maioria das pessoas cria falsas memórias ao entrar em contato com as notícias falsas e, ainda, que acredita nas notícias que estão de acordo com seus posicionamentos políticos e ideológicos, independentemente do viés,

apenas com a variante da capacidade cognitiva de questionamento de cada indivíduo. Segundo uma matéria do *site* Canaltech sobre a referida pesquisa, “Os autores do estudo contam que entender os efeitos psicológicos das notícias falsas é fundamental, pois as pessoas acabam agindo de acordo com o que a sua falsa memória cria” (Rosa, 2019).

Já em um estudo brasileiro de análise do discurso sobre a representação de corpos na constituição de *fake news*, pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá (Lacerda; Di Raimo, 2020) analisaram três imagens de notícias falsas relacionadas a artistas brasileiras e a intenção na criação das notícias. Nos discursos das imagens, havia a reafirmação de valores conservadores por meio do corpo da cantora Sandy, com uma falsa fala apoiando a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência em 2018, além da difamação da imagem das cantoras Anitta e Pablo Vittar, incitando o exílio destas, no caso da eventual vitória do então candidato, o que gerou repulsa e ódio aos seus corpos e valores morais. Os autores exploraram o conceito de interdiscurso, trabalhando o dito, o não dito, os esquecimentos e as ideologias que emergem dos dizeres, relacionando-os ao conceito de interdiscurso, que é a memória discursiva que nos constitui. “É definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente [...] e que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível” (Ollandi, 1999, p. 31).

Ao alinharmos as observações aqui expostas sobre a constituição da memória na cultura, seus impedimentos e as consequências de histórias únicas, chegamos à materialidade da constituição das memórias, a partir da elaboração de notícias falsas como maneira de constituir ideologias e promover determinados comportamentos culturais, contexto explicitamente relevante no cenário político brasileiro. Essa materialidade também pode ser vista, em diversos lugares do globo, como uma grande onda de *fake news* e conservadorismo nos governos de diversos países. Essa onda possui um viés de fundamentalismo religioso ultraliberal, o que constitui e patrocina *fake news* da extrema direita em níveis globais. Não nos aprofundaremos nesse tópico no momento,⁶ mas, em matéria recente do *The Intercept Brasil*, o jornalista Ronilso Pacheco (2022) faz referência à entrada do Brasil nessa onda global a partir das eleições de 2018 e como o projeto está fortalecido, haja vista os resultados das eleições de deputados, senadores e governadores eleitos em 2022. De acordo com Pacheco (2022):

A vitória de Bolsonaro em 2018 inseriu o Brasil institucionalmente em uma articulação global de extrema direita “amenizada”, com foco na

6 Também recomendamos o canal do YouTube “O Algoritmo da Imagem”, protagonizado pela travesti Senhorita Bira, que aborda questões da imagem e a guerra híbrida na contemporaneidade, de maneira eloquente, acessível e performática. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gjaZ6hSgx4c>. Consultar especificamente os vídeos sobre a teologia do domínio em *O pânico cristão: o projeto político evangélico* e sobre a pós-modernidade em *Xeque mate: o fim do Ocidente*.

família e nos valores cristãos conservadores, inspirado no nacionalismo cristão dos Estados Unidos como ideologia política. Esse movimento que voltou a florescer por lá avança no Brasil ainda camuflado de um conservadorismo “evangélico” ou “católico”, que teria como única preocupação a moralização da sociedade.

Um olhar sobre as colonialidades da branquitude

Não é então, pois, um acidente, um acaso, que tenhamos sido, pelo momento, derrotados em ambos os projetos revolucionários, nas Américas e em todo o mundo. O que pudemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, em uma necessária redistribuição de poder, dentro da qual a descolonização da sociedade é premissa e ponto de partida, está agora sendo arrasado com o processo de reconcentração de controle do poder do capitalismo mundializado, sendo gerido e governado localmente pelos mesmos funcionários da colonialidade do poder. Por consequência, é o tempo de aprender a libertar-nos do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixarmos de ser o que não somos (Quijano, 2005, p. 138).

Tendo como ponto de partida os estudos de memória já mencionados e suas repercussões nesse tempo-espaço, gostaríamos de relacionar tais observações com os conceitos de colonialidade de poder (Quijano, 2005; Lugones, 2008) e pactos da branquitude (Bento, 2022; Núñez, 2022), dentro dessa perspectiva proposta de projetos globais e locais (Mignolo, 2003).

Como pudemos sintetizar, toda história possui seus signos, seus sistemas simbólicos, que dão um sentido (único) a ela e seus rastros: vestígios não intencionais deixados ao longo do tempo, as memórias impedidas, recalçadas, o mal de arquivo gerado por seus arcontes e, também, como a história contada de uma única maneira pode gerar falsas memórias. Nesse sentido, os estudos de perspectiva pós-colonial buscam mapear e escancarar esses rastros recalçados pela história única, que rouba dignidades de diversas formas – e histórias – de vida, etnias e culturas subalternizadas pela colonialidade.

Para Walter Mignolo (2003), há uma verdadeira colonização epistemológica no decorrer dos séculos que privilegiou as formas de produção de conhecimento e modos de ser centralizados na visão europeia e, posteriormente, norte-americana. Essa colonização epistemológica tem como mecanismos a colonialidade de poder e a diferença

colonial, pautadas em geolocalização e língua dominante, que são segregadas por etnia, gênero, classe e sexualidade, estendendo-se em todas as vertentes da sociedade moderna, o que chamamos aqui de “projetos globais”. Para Mignolo (2003), o giro decolonial tem como função subverter esse cenário de colonização epistemológica, dando vazão aos saberes limiares, línguas, memórias e histórias locais subalternizadas, de diversas culturas e modos de produção de conhecimento, a romper com a dominação da colonialidade ocidentalizada, centralizada no hemisfério norte.

A expansão do colonialismo europeu no mundo constituiu a identidade europeia a ser lida como universal, como a normal, o ideal de humanidade, conduzindo, assim, a invenção da ideia de raça para a naturalização das relações coloniais entre brancos europeus e não brancos, a fim de manter as relações de poder entre dominantes e dominados.

Desse modo, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p. 118).

Walter Mignolo (2007, p. 36) sintetiza que a colonialidade opera em quatro domínios da experiência humana: “(1) econômico: apropriação da terra, exploração do trabalho e controle das finanças; (2) político: controle de autoridade; (3) social: controle do gênero e da sexualidade; e (4) epistêmico e subjetivo/pessoal: controle do conhecimento e subjetividade”

A colonialidade de poder, saber e ser seria, então, a perpetuação e as atualizações dessas relações entre dominador e dominado, centro e periferia, protagonista e subalterno. Dá-se por meio do controle de corpos, tendo em sua raiz a ideia de raça e superioridade branca, controlada pela matriz do cristianismo e capitalismo, mas que também inclui o controle hegemônico sobre gênero, sexualidade, geolocalização, capacitismo, espiritualidade e classe social, como acrescentam à discussão as intelectuais María Lugones (2008) e Jeni Núñez (2022). Dessa maneira, temos as hierarquias sociais e normas de controle dominadas pelo padrão de humanidade do homem branco, cis-gênero, heterossexual, cristão e bem-sucedido. Quanto mais “abaixo” estiver nessa hierarquia, menos humano será considerado o sujeito.

Núñez (2022, p. 14) complementa que, “colonialidade é a estrutura que busca dar sentido à diferença colonial em que europeu/branco está para moderno, civilizado, cristão como o não branco está para bárbaro, atrasado, etc. decorrendo daí etnogenocídio, epistemicídio”, no sentido de olhar para a colonização dos povos originários

e sociedades que já viviam neste território antes da “invenção do Brasil” e como seus territórios-corpos continuam sendo invadidos na modernidade/colonialidade.

Compreendendo que a colonialidade de poder, saber e ser seja mantida por uma memória socialmente construída, Heliana Castro Alves (2019, p. 196, grifo nosso) traz, por uma perspectiva cognitiva, um importante apontamento sobre a construção dessa memória, o que repercute nos temas já abordados sobre as memórias impedidas e as histórias únicas:

Considerando que a colonialidade do poder/saber constitui um fenômeno que pode transcender a relação da Europa com os países colonizados, embora constitua sua origem histórica, é possível observar os processos de produção de conhecimento como expressão da colonialidade *operando em níveis locais, ao longo das gerações, por meio da veiculação da memória genealógica da antiga elite colonial.*

Além do conceito de colonialidade de poder, estudos contemporâneos pós-coloniais têm se debruçado sobre o fenômeno psicossocial da *branquitude*. Para a doutora em Psicologia Social, Jení Núñez (2022, p. 15):

[...] [b]ranquitude é um efeito colonial que busca manter e atualizar os benefícios oriundos da escravização e é também uma posição racial de dominação que busca submeter humanos e não humanos (demais animais, florestas, rios etc.) ao seu projeto colonial de sociedade.

Em outras palavras, a branquitude pode ser definida como a manutenção da estrutura de privilégios das pessoas brancas sobre as não brancas e sobre outros seres, com suas especificidades dentro das realidades geopolíticas ao redor do globo, que acabam por subalternizar existências e culturas em diversidade da posição de poder da cultura branca.

Ainda pouco disseminados nas academias brasileiras, os estudos da branquitude tiveram sua nascente ao fim dos anos 1960, a partir do afro-americano e pan-africanista conhecido por W. E. B. Du Bois (1995). Ao questionar as diferenças entre trabalhadores de baixa renda negros e brancos, o intelectual pôde ver que, mesmo pertencendo à mesma classe social, pessoas brancas possuíam mais privilégios e dignidade perante a sociedade do que as pessoas negras. Passou então a questionar quais seriam esses privilégios das pessoas brancas e a apontar a invenção da racialidade como uma ferramenta de perpetuação da superioridade branca.

A estudiosa Maria Aparecida Bento⁷ (2022), em seu *best-seller* *O pacto da branquitude*, reúne resultados de suas pesquisas de mestrado e doutorado, nas quais se dedicou a entender a lógica por trás da autopreservação do poder supremacista no mercado de trabalho e no poder público, por meio da constatação do cenário de descarte de pessoas negras qualificadas para cargos de poder sobre a falácia da meritocracia.

Cida Bento (2022, p. 23) afirma que “foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude”, quando os brancos europeus definiram uma identidade comum, universalista, tendo como principal contraste os africanos, negros, em uma relação desigual que “permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão”.

Para entender a branquitude e suas ferramentas de autopreservação, por meio dos recursos da psicanálise, a pesquisadora angaria o conceito de *pacto narcísico*, praticado silenciosamente pelas pessoas brancas:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p. 16).

Prosseguindo em seu raciocínio, Cida Bento (2022) fala sobre como sempre são abordadas as heranças da escravidão para a população negra – adicionam-se também as etnias indígenas –, suas heranças de dores e violências, que desencadeiam adversidades psicossociais e geopolíticas até hoje. Mas questiona sobre o porquê de quase nunca ser abordada a herança positiva que o período escravista deixou de legado para pessoas brancas. Ela aponta ser considerada uma memória vergonhosa para a civilidade branca, uma memória que deve ser recalçada:

O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intollerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento

7 A paulistana é apontada pelo *The Economist* como uma das 50 pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20151103060628/http://www.globaldiversitylist.com/top-50-diversity-figures-in-public-life.html>

e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas à escravidão (Bento, 2022, p. 21).

Ainda sobre a branquitude e a colonialidade eurocêntrica, porém sob uma perspectiva africana, observamos os estudos da antropóloga pan-africanista Dra. Marimba Ani (1994), conhecida por sua obra *Yurugu: an Afrikan-centered critique of European cultural thought and behavior*, na qual há cosmovisões de diferentes etnias africanas, ao elaborar conceitos trazidos para os estudos de antropologia. *Yurugu* deriva de uma lenda do povo Dogon sobre um ser incompleto e destrutivo que é rejeitado por seu criador.

Em um vídeo do YouTube, ao explicar em entrevista sobre seu livro, legendado por Zaus Kush, Marimba Ani fala sobre seu conceito de *asili*, uma palavra da língua Swahili, que significa *silli* – origem, a essência de algo, trazendo a ideia de semente, do material genético de reprodução de uma cultura. Pensando na *asili* da cultura europeia, a autora afirma que o comando dessa semente é essencialmente *to seek power* (buscar poder).

A asili cultural europeia é incompleta [Yurugu]. Deve sempre haver uma busca. Agora, não pode ser preenchido pelo espírito, porque eles não têm conhecimento disso, não possuem relação com a realidade espiritual. Assim, o “preenchimento” se dá por meio do poder. E poder aqui significa poder sobre os outros. E isso significa que tudo nesta cultura, todo o desenvolvimento da cultura europeia, todas as formas, todas as instituições e até as ideias: tudo serve o propósito de conquista do poder europeu (Ani, 2021, 7’42).

Fazemos, assim, um gancho com as origens da colonialidade de poder orquestrada e perpetuada pela branquitude, desde os tempos da colonização europeia sobre outros continentes até suas atuais formas, atualizações e dominações, tendo a semente do poder como biodinâmica desse complexo rizoma.

HISTÓRIAS PORTAIS: O CASO DE AMERICANA

Foto 1: Lado esquerdo do portal de Americana



Fonte: Acervo das autoras.

Americana e Santa Bárbara d'Oeste formam um conglomerado urbano, localizado na região metropolitana de Campinas, e sua história é bastante parecida com as de tantas outras colonizações do interior do estado de São Paulo. Com base em apropriação, roubo, etnocídio, escravidão e distribuição de terras pela Coroa portuguesa (Trevisan *et al.*, 2019), todo o território do interior paulista era composto de grandes fazendas que foram se dividindo com o passar dos anos, até chegarem a ser as “sesmarias”, subdivididas em grandes fazendas, que formaram, mais tarde, as principais cidades do interior do estado, como Campinas, Piracicaba e São Carlos. Até o século XVII, eram majoritariamente povoadas por escravizados africanos e indígenas, e por famílias portuguesas e italianas.

No entanto, há uma característica migratória diferenciada na concepção do município em questão, que diz respeito às famílias norte-americanas que se exilaram após a derrota na guerra civil norte-americana. Coronéis e capitães que lutaram pela manutenção do regime escravista no sul dos Estados Unidos foram convidados pelo imperador da Coroa portuguesa a ocupar as terras do interior paulista no fim do século XVIII.

Pelo fato de as famílias norte-americanas se alojarem nos arredores da estação ferroviária de Santa Bárbara, localizada na divisa entre os então municípios de Campinas

e Santa Bárbara, onde hoje é o centro da cidade de Americana, havia uma confusão nos nomes da estação, que foi apelidada de “estação da Vila dos Americanos”, dando origem ao posterior nome da cidade de Americana. Até o ano de 1998, o brasão de Americana ainda fazia alusão à bandeira norte-americana dos confederados.

Segundo o texto que consta no *site* da prefeitura de Americana (2023, grifo nosso):

A imigração norte-americana para o Brasil, iniciada após o término da Guerra Civil Americana, foi amplamente incentivada pelo governo imperial brasileiro. Este via na vinda e fixação dos norte-americanos – pessoas com conhecimentos agrícolas, profissionais liberais, *boa formação moral e intelectual e sobretudo famílias desejosas de se estabelecerem na zona rural* – uma oportunidade de impulsionar o desenvolvimento no interior do país.

No *site* da prefeitura de Americana (2023), há uma página chamada “Perfil do município”, na qual constam dados, geolocalização e números da cidade, em que o item de informação sobre a etnia do município apresenta a seguinte resposta: “influência americana, portuguesa, alemã, árabe, com predominância italiana”.

De fato, a região era inicialmente populada por famílias portuguesas e italianas, com posterior migração de norte-americanos sulistas e famílias alemãs. Mas parece que se “esquecem” de mencionar que todas essas famílias, independentemente da etnia, eram sustentadas pelo trabalho escravo de pessoas que construíam suas casas, manejavam suas produções agrícolas e serviam aos seus estilos de vida. Nenhum nome de pessoa negra é citado na história oficial da cidade de Americana. Sabe-se que a região de Campinas foi o último lugar no mundo a abolir o regime de escravidão, com registros de práticas datados até 1920, além de relatos de ser a região de maior crueldade no regime, sendo usado como forma de castigo para escravizados de outras regiões o envio para Campinas (Battistoni Filho, 2017).

O monumento na principal entrada da cidade, localizada no quilômetro 125 da Rodovia Anhanguera, foi construído no ano de 2008, pelo artista plástico Luiz Gagliastri, com o custo de cerca de 790 mil reais aos cofres públicos. A obra gerou muita polêmica na época, com o estranhamento da população, que reivindicou a demolição de duas esculturas que seguravam os arcos. As pessoas argumentaram que se sentiam envergonhadas e ofendidas com as imagens de duas pessoas nuas e gordas representando a cidade. Em obra de mais de 7 mil reais, as esculturas foram demolidas e a população ficou assim agradecida (Portal, [...] 2009).

Foto 2: Portal de Americana em 2010



Fonte: Rose Mary de Souza, 2010. Portal de notícias Terra.

O estranhamento é de que nunca se ouviram quaisquer comentários sobre as esculturas das outras paredes do portal, que ilustram uma história da cidade, segundo a prefeitura, homenageando a história das imigrações norte-americana e italiana e a indústria têxtil. Apresenta, de um lado, um grande mapa dos Estados Unidos, o mapa da Itália e a figura de um homem branco, de roupagem social, com a mão direita sobre a imagem do globo terrestre, em um claro símbolo de dominação global. Um pouco acima, imagens de referência ao arado, usado em técnica agrícola, as quais bonificam as famílias norte-americanas pelo fato terem introduzido esse instrumento no Brasil, sem mencionar a cultura escravista e a influência africana nessa história.

Do outro lado, as esculturas ilustram uma linha do tempo em alusão à linha férrea e à indústria têxtil, onde um trem com os anos de fundação parece seguir em direção aos prédios da estação de Americana e a uma referência de prédio industrial. Abaixo, a figura de uma mulher com o braço estendido em direção ao homem do outro lado, com uma criança que não pudemos identificar, e duas silhuetas segurando um arco, fazendo referência à produção tecelã. Também apresenta uma grande imagem do mapa do Brasil sobreposta por três cabeças masculinas na parte superior da silhueta do território, como se o país fosse representado por semelhança ao homem branco.

Foto 3: Lado direito do portal



Fonte: Acervo das autoras.

Foto 4: Dominação global



Fonte: Acervo das autoras.

Projetos locais: memórias em disputa na/da cidade

O portal conta a história de uma perspectiva da colonização e vangloriosa de seus imigrantes, mas apaga da memória a influência e relevância das vidas não brancas que também fazem parte da história e constituição da cidade. Esse império foi construído e sustentado por mãos de pessoas escravizadas, e a cultura regional possui diversas influências de povos africanos e indígenas, mas a branquitude faz questão de impedir que essas memórias sejam materializadas.

Atualmente, a cidade de Americana não possui feriado do Dia da Consciência Negra, ainda que coletividades do Movimento Negro de Americana e Santa Bárbara

d’Oeste tracem há anos estratégias para que esse dia entre no calendário oficial das cidades. Soma-se a essa ação o trabalho dos Historiadores Independentes de Carioba, movimento que fortalece essa batalha política. Já na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, há uma luta ainda mais acirrada na Câmara dos Vereadores, que diz respeito ao uso da bandeira dos confederados na festa anual promovida pela Fraternidade de Descendência Americana.

Segundo o “Manifesto contra os símbolos confederados”, composto pela União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro) e por outros movimentos sociais organizados de Americana e Santa Bárbara D’Oeste, o uso dos símbolos confederados fere diretamente a memória dos povos negros, visto que o motivo da guerra civil ou de secessão, como também é chamada, iniciada pelos estados norte-americanos do Sul – os quais deram origem ao grupo conhecido como confederados -, se deu propriamente em defesa da continuidade do regime escravagista nos Estados Unidos.

A bandeira confederada é utilizada até hoje por grupos supremacistas que defendem a hegemonia branca, e seu uso está enquadrado dentro dos símbolos de ódio banidos dos Estados Unidos. Os descendentes defendem, no entanto, que a bandeira aqui não é utilizada nesse contexto de ódio, mas como memória familiar, da vida e luta de seus antepassados. No entanto, o “Manifesto contra os símbolos confederados” diz:

Não permitiremos que a iniciativa de manutenção de símbolos confederados possa agredir a memória dos nossos antepassados por uma mentalidade marcada pelo retrocesso histórico. O nosso País tem uma dívida muito grande com a população negra e toda e qualquer atitude se faz necessária para corrigirmos distorções impostas por muito tempo. Portanto a nossa grito contra a romantização da história tem caráter educativo e visa contribuir para a reflexão, e para a necessidade de abolirmos todo tipo de preconceito e principalmente valorizar as origens do nosso povo (União de Negras e Negros pela Igualdade , 2022, p. 5-6).

Em votação da Câmara dos Vereadores de Santa Bárbara d’Oeste em junho de 2022, o projeto de lei que proíbe o uso de símbolos racistas na cidade foi aprovado, após duas audiências públicas e apresentações, apontando o cunho do simbolismo da bandeira atrelado ao racismo, devendo esta ser banida da festa realizada no Cemitério dos Americanos.

Também foi lançado no ano de 2022 um trabalho de estudo sobre a memória e identidade do povo negro na cidade de Americana, contemplado pelo edital da Lei Aldir Blanc, para ser distribuído nas escolas públicas municipais. Referimo-nos ao

livro *Identidade e memória: a trajetória histórica do negro na cidade de Americana – um estudo de caso do Engenho e Fazenda Salto Grande*, de Claudia Monteiro da Rocha Ramos (2022). Dentro dessa movimentação de revisão histórica, o casarão da Fazenda Salto Grande foi reativado como museu, sendo administrado pela Associação de Capoeira Motta, que rebatizou o espaço de Centro de Memória Afroamericanense “Dionyzio de Campos”.

Notamos, por essas iniciativas, uma busca pelo resgate de memórias da cidade que foram invisibilizadas e impedidas, construindo, assim, outras histórias possíveis. Ao abrir os arquivos vivos da cidade de Americana, reforçamos a importância da constituição das memórias para a (re)existência e identidade de uma população subalternizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos alinhar que, a partir da memória construída pela história oficializada, as colonialidades de poder mantêm seus pilares, sendo o esquecimento, as memórias reprimidas e impedidas os rastros deixados pela colonialidade, na relação com o recalque de um passado de desonra, gerando um conservadorismo enviesado, que não se responsabiliza pelo presente, ao dissimular que nenhuma violência – simbólica ou de fato – aconteceu. Esse esquecimento conservador tem relação direta com o apagamento das memórias coloniais e com a manutenção dos poderes e privilégios pela branquitude.

Como parte de projetos locais, a branquitude segue “passando pano” na memória de sua história pelos territórios do planeta, expressão que utilizamos para indicar o acobertamento, a omissão de algo negativo sobre alguém, seguindo os pactos narcísicos que lhe garantam suas posições de privilégio e poder sobre “o outro”, subalternizado. Como ferramenta desse acobertamento, estão as linguagens e as imagens utilizadas para contar essa história. Não à toa, as notícias falsas espalhadas pelo mundo virtual são imagens pagas para serem (re)produzidas, de maneira a surtir o efeito desejado na psique humana, de maneira análoga ao que acontece com o monumento de entrada de uma cidade, o qual deseja contar – e conter – o mito de sua criação.

No caso da cidade de Americana, mais do que o apagamento da realidade escravocrata da constituição da cidade, há a romantização do alçóz, como uma cultura familiar, “de boa moral e desejosa”, como diz o *site* da prefeitura, buscando justificar o uso de uma bandeira que simboliza a supremacia branca, como um símbolo de tradição familiar. E como não associar essa romantização da cultura familiar escravocrata com o embate moral da polarização política no cenário brasileiro? “Deus, pátria e família”, lema de partido integralista fascista da década de 1930, é hoje lema populista, pronunciado e defendido por cidadãos das mais diversas classes no país, que foram ironicamente chamados de gado, mas que estão em uma posição de cultura de massa facilmente manipulada pela imagem e linguagem em intenção.

Ao lado disso, vemos um grande movimento de embate por parte da conscientização e organização do movimento negro e de outros movimentos sociais, que buscam criar outras memórias, fazendo o trabalho de rememoração da história, para fugir do paradoxo da história única e resgatar a força de sua identidade como cultura. Também, assim, vemos o movimento de giro decolonial, especialmente no âmbito epistemológico, de angariar formas diversas de produção de conhecimento, saberes e formas de ser. Dessa forma, propomos também, nesse trabalho de rememoração das linguagens e imagens nas histórias contadas sobre a cidade, outras formas de produção de conhecimentos.

A partir desses questionamentos e dessas teorizações, portanto, foi composto o videopoema “LINGU[IM]AGEM: colonialidades, memória e *fake news*”, com materiais de arquivo da internet, imagens captadas e sobrepostas com a narração do poema “Histórias portais, projetos glocais”, do qual uma parte abriu este trabalho. O vídeo constrói uma linha do tempo desde a apresentação da cidade de Americana por um jornal regional, que apresenta um pouco da história dos norte-americanos e a festa realizada no cemitério em Santa Bárbara d’Oeste, até o tempo presente, em que, sob a narração sobre branquitude e poder, apresentam-se cenas do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro em motociata da cidade de São Paulo até a cidade de Americana, grande apoiadora de sua (re)eleição.

A obra problematiza a simbologia da bandeira dos confederados, passa por imagens da cidade e do portal tingidas de vermelho vivo, refletindo sobre o papel das *fake news* como o de novos arcontes da atualidade, na relação com as histórias coloniais que nos foram contadas. A narrativa assume um melodrama em sua entonação, ao se encaminhar para o momento final, em um frenesi antropofágico, com a imagem de uma boca “comendo” a entrada da cidade, finalizando, então, com um corredor psicodélico de memória e a imagem da língua que se recolhe. O poema, então, finaliza-se com as ideias que tomamos como conclusão desta reflexão:

Portais construídos contam histórias tortas
numa linha do tempo que guia para
eleições de representatividades mortas.
Histórias portais, projetos glocais.
faço a rememoração da memória
percorrendo imagens e linguagens
de significados atravessados
por arcontes de poderes alienados
criando minha própria *linguagem*

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALVES, H. C. Colonialidade do saber e conflitos de memórias no espaço público. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. esp., p. 195-200, set. 2019. DOI 10.22409/1984-0292/v31i_esp/29050.
- ANI, M. *Yurugu: an Afrikan-centered critique of European cultural thought and behavior*. Trento: Africa World Press, 1994.
- ANI, M. Marimba Ani, PhD em Antropologia fala sobre a busca dos europeus pela dominação mundial. Canal Alex Silva no YouTube, publicado em 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ixe6xrKwRT8>. Acesso em: 7 out. 2022.
- BARTHES, R. Retórica da imagem. In: BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 27-43.
- BATTISTONI FILHO, D. A escravidão dos negros em Campinas. *Blog do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas*. 2017. Disponível em: <https://ihggcampinas.org/2017/11/16/a-escravidao-dos-negros-em-campinas/>. Acesso em: 17 out. 2022.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. *Revista Espirales*, Edição Especial, p. 174-193, jan. 2021.
- DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America, 1860-1880*. Nova York: Touchstone, 1995.
- GAGNEBIN, J. M. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. *Pro-Posições*, v. 13, n. 3, p. 125-133, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643942>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- GAGNEBIN, J. M. Os impedimentos da memória. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 201-218, 2020. DOI 10.1590/s0103-4014.2020.3498.013.
- KRENAK, A. Entrevista para a série *Vozes da floresta*. 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w>. Acesso em: 3 out. 2022.
- LACERDA, G. H. de; DI RAIMO, L. C. F. D. Corpos e(m) *fake news*: memória, paráfrase, efeitos de sentido. *Entretextos*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 85-111, 2020. DOI 10.5433/15195392.2020v20n1p85.
- LOFTUS, E. *et al.* Erratum: false memories for fake news during Ireland's abortion referendum. *Psychological Science*, v. 31, n. 6, p. 760-761, June 2020. DOI 10.1177/0956797620923299.

- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008.
- MARTINS, P. H.; BENZAQUEN, J. F. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, n. 2, v. 11, p. 10–31, 2018.
- MIGNOLO, W. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução: Angela Lopes Norte. *Revista Gragoatá*, n. 22, p. 11-41, 2007.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NÚÑEZ, G. D. L. *Nhande Ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PACHECO, R. “Conversar com os evangélicos” não surtirá efeito agora. *The Intercept Brasil*, 7 out. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/10/07/conversar-com-os-evangelicos-nao-surtira-efeito-agora/>. Acesso em: 7 out. 2022.
- PORTAL com escultura de casal nu e “gordinho” causa polêmica em Americana. G1, 6 nov. 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1368992-5605,00-PORTAL+COM+ESCULTURA+DE+CASAL+NU+E+GORDINHO+CAUSA+POLEMICA+EM+AMERICANA.html>. Acesso em: 10 out. 2022.
- PREFEITURA DE AMERICANA. Perfil do município. Disponível em https://www.americana.sp.gov.br/americanaV6_index.php?it=38&a=perfil. Acesso em: 17 out. 2022.
- PREFEITURA DE AMERICANA. Resumo histórico: imigração americana. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?&a=historia>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.
- RAMOS, C. M. da R. *Identidade e memória: a trajetória histórica do negro na cidade de Americana – um estudo de caso do Engenho e Fazenda Salto Grande*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial. 2022. Disponível em: https://issuu.com/ciclocontinuoeditorial/docs/im_digital. Acesso em: 27 set. 2022.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ROSA, N. Contato com muitas fake news faz pessoas criarem falsas memórias, aponta estudo. Canaltech, 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/contacto-com-muitas-fake-news-faz-pessoas-criarem-falsas-memorias-aponta-estudo-147581/>. Acesso em: 5 out. 2022.

- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SOUZA, R. M. de. Prefeitura de Americana inicia demolição de estátuas “obesas”. *Portal de notícias Terra*. 9 jan. 2010. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/prefeitura-de-americana-inicia-demolicao-de-estatuas-obesas,3888a21a4572b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- TREVISAN, G. S. et al. Americana-SP, uma história entre rios. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 155-172, 2019. DOI 10.20396/resgate.v27i1.8654633.
- UNIÃO DE NEGRAS E NEGROS PELA IGUALDADE. Manifesto contra os símbolos confederados. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1CmOFTThe8YsTc_psk2dxCFv-cLvkV3bd2R/view. Acesso em: 2 out. 2022.

Recebido em: novembro de 2022.

Aprovado em: abril de 2023.